

**ARGÜIÇÃO AO ARTIGO
“INFERÊNCIA À MELHOR EXPLICAÇÃO”,
INTUITIO V.1 - No.1 (2008): 82-97,
DA AUTORIA DE ALEXANDRE LUIZ JUNGES**

Thiago Monteiro Chaves *

Em sua contribuição para o número anterior desta revista, Alexandre Junges expõe de forma articulada a versão de Peter Lipton da inferência para a melhor explicação (IME). Recentemente o debate em torno da IME tem sido fervoroso tanto entre epistemólogos, que disputam a eficácia do modelo enquanto uma teoria da inferência indutiva (que proveria tanto descrição quanto justificção para raciocínios indutivos), quanto entre filósofos da ciência, que disputam a verdade do realismo científico. A primeira disputa, relacionada ao estatuto epistêmico da IME, deve vir antes da segunda disputa, entre realistas e anti-realistas. Se a IME se mostrar um modelo promissor, realistas científicos poderão argumentar que o realismo é verdadeiro, dado que seria a melhor explicação para fenômenos da atividade científica. No entanto, como mostra o próprio artigo de Junges, há problemas consideráveis que qualquer formulação da IME deve responder. Um deles seria a questão: Por que considerações explanatórias devem (ou podem) ser um guia para nossas inferências? Acredito que essa questão pode ser traduzida, *sem perda de conteúdo*, em uma outra questão: qual a relação entre explicação e verdade? É com respeito a essa tradução que gostaria de comentar um aspecto importante do texto de Junges.

Ao comentar sobre o argumento de van Fraassen do “mau conjunto” (*bad lot*), Junges diz:

A nosso ver, a lacuna entre a avaliação comparativa e absoluta, enfatizada por van Fraassen, é equivalente à situação na qual devemos diferenciar entre probabilidade epistêmica (grau de justificção) e probabilidade objetiva. Colocado desta maneira, van Fraassen está sugerindo que deveríamos

* Mestrando em Filosofia-UFMG Contato: thiagochaves@yahoo.com.br

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp. 341-344
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	-------------

conhecer a probabilidade objetiva de cada hipótese do conjunto gerado, e ainda a probabilidade objetiva do conjunto em si mesmo, para podermos asserir racionalmente que a melhor das hipóteses, a melhor classificada, é a mais provável de ser verdadeira. (...) Assim, a crítica de van Fraassen dirige-se diretamente à questão da verdade¹.

Tal passagem parece sugerir uma diferença entre um argumento que ataca a IME enquanto um método fornecedor de justificação epistêmica e um método fornecedor de verdade. O que o argumento da *bad lot* poderia fazer é somente lançar dúvidas sobre a coextensão de *verdade* e explicação, mas não de *justificação* e explicação. Essa idéia me parece equívoca, tanto com relação à interpretação do argumento de van Fraassen quanto à aceitação de uma tese disputável, a saber, que seja possível que um método indutivo forneça justificação epistêmica sem ser um *condutor para a verdade*. Tentarei deixar esses dois pontos claros no que se segue.

A apresentação de Junges do argumento da *bad lot* parece pressupor a tese mencionada a cima: “Bas van Fraassen sugere que o modelo da IME dificilmente conduz à verdade e nem mesmo fornece razões suficientes para crer que a hipótese inferida é de fato a verdadeira”². Como ressalta o autor, o argumento de van Fraassen atacaria somente a noção de verdade, deixando aspectos justificacionais da IME intocáveis. Isso se daria porque a única coisa que o argumento da “*bad lot*” diz é que a hipótese verdadeira pode estar *fora* do conjunto de hipóteses que fomos capazes de criar, ou seja, a hipótese eleita como a melhor explicação pode ser a melhor de um “mau conjunto”. Nós temos acesso somente à probabilidade epistêmica de cada hipótese formulada, sendo que essa probabilidade é considerada à luz de considerações de pano de fundo (crenças e teorias compartilhadas), mas seria impossível termos acesso à probabilidade objetiva das hipóteses e principalmente do conjunto a que elas pertencem. Nesse sentido, diz Junges, “a crítica de van Fraassen dirige-se diretamente à questão da verdade”³, pois diz respeito às probabilidades objetivas, e não epistêmicas, essas sim relativas à justificação.

Acredito que a crítica de Junges está comprometida com a tese já mencionada de que seja possível que um método indutivo forneça justificação epistêmica sem ser um *condutor para a verdade*. Alguém poderia estar justificado a crer em um conjunto de proposições muito embora seu cenário atual de como o mundo seja possa ser falso. De fato isso ocorre, e é

¹ JUNGES. 2008, p. 92-93

² JUNGES. 2008, p. 90. Itálicos meus.

³ JUNGES. 2008, p. 93.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.341-344
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

percebido de forma surpreendente na história da ciência: os aristotélicos estavam justificados a crer que um corpo somente se movimenta enquanto uma força agir sobre ele. Mas o que isso nos revela? Apenas um fato bastante conhecido: que justificações epistêmicas podem ser frustradas e que inferências ampliativas são falíveis. O que Goodman chama de o novo problema da indução é a pergunta “como diferenciar boas de más projeções?”, ou, “como diferenciar induções válidas de inválidas?”. A tentativa de fornecer uma justificação não circular para a indução parece não ser mais o problema. O problema considerado agora é o de fornecer quais critérios uma razão deve preencher para ser tida como uma razão epistêmica. A teoria da IME diz que se há uma relação explanatória entre p (por exemplo, “há pegadas sobre a areia”) e q (por exemplo, “alguém caminhou sobre a areia”), p poderá contar como uma razão epistêmica para se crer em q desde que q seja a melhor explicação para p . Nesse caso, considerações explanatórias deveriam aumentar a probabilidade epistêmica de q ⁴. A pergunta de van Fraassen em seu argumento da “bad lot”, a meu ver, pode ser descrita como: “por que considerações explanatórias podem ser um guia para a verdade?”. Mas se não pudermos traduzir essa pergunta para “por que considerações explanatórias deveriam aumentar a probabilidade epistêmica de uma hipótese?”, o que parece ser a posição de Junges, então sua crítica parece ser correta. Mas analisemos a seguinte situação: se uma moeda viciada para cara possui probabilidade objetiva de $\frac{3}{4}$ de cair cara, então minha probabilidade epistêmica, após vários lançamentos, deverá acompanhar a frequência correta de $\frac{3}{4}$ para cara, tendendo a tornar-se a probabilidade objetiva. Esse exemplo acompanha uma intuição bastante aceita entre os filósofos, a de que inferências indutivas fiáveis tendem a nos dar conhecimento. Se esse é o caso, uma razão epistêmica deve aumentar a probabilidade de uma hipótese tendendo a nos revelar a probabilidade objetiva dessa hipótese, ou, probabilidades epistêmicas tendem a se tornarem probabilidades objetivas se baseadas num processo de inferência fiável (considerando-se todas as evidências possíveis). Se o modelo da IME diz que considerações explanatórias aumentam a probabilidade epistêmica de uma hipótese, então essas mesmas considerações deveriam revelar a probabilidade objetiva dessa hipótese (se esse for um método de inferência fiável). Embora eu não possa argumentar a favor desse princípio, eu não vejo por que razão deveríamos negá-lo.

Referências

⁴ A desigualdade $P(q/p) > P(q/\sim p)$ é baseada aqui na consideração de que q é a melhor explicação para p .

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.341-344
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------

GOODMAN, N. *Fact, Fiction and Forecast*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.

HARMAN, G. *Reasoning, Meaning and Mind*. Oxford: Oxford University, 1999.

JUNGES, A. L. “Inferência à Melhor Explicação”. *Intuitio*, I/1. (2008). pp. 82-97.

LADYMAN, J; DOUVEN, I; HORSTEN, L; VAN FRAASSEN. “A Defense of Van Fraassen's Critique of Abductive Inference: Reply to Psillos”. *Philosophical Quarterly*, XLVII/188 (1997). pp. 305-321.

VAN FRAASSEN, B. *Laws and Symmetry*. Oxford: Oxford University, 1989.

INTUITIO	ISSN 1983-4012	Porto Alegre	V.1 - No.2	Novembro 2008	pp.341-344
----------	-------------------	--------------	------------	------------------	------------